

Política Internacional

I — O BRASIL E OS ESTADOS AFRICANOS

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

O desejo, manifestado pelos governos de novos Estados africanos, de receber ajuda técnica do Brasil, abre ao nosso país, nesse continente, perspectivas que de certo modo contrabalançam alguns aspectos competitivos que se haviam desenvolvido nos últimos quinze anos. Preliminarmente, é preciso lembrar que nesse período houve dois fatores de desenvolvimento ou fortalecimento de setores da economia africana em sentido competitivo com a América Latina. O primeiro foram os auxílios prestados a determinados países africanos dentro dos programas do Plano Marshall. Direta ou indiretamente, êsse Plano permitiu que as antigas metrópoles européias destinassem recursos financeiros ao incentivo da produção de algumas nações africanas. Tratava-se, em geral, de produção similar às exportações latino-americanas, e o problema foi amplamente debatido na ocasião. É sabido, de outra parte, que os acontecimentos políticos e a agitação nacionalista, visando à independência afetaram negativamente o êxito daquelas iniciativas européias. Mais recentemente, apresentou-se o segundo fator, ligado à constituição do Mercado Comum Europeu, no qual muitos países africanos, fornecedores de produção similar à exportada pela América Latina, passarão a gozar de condições favorecidas devido às ligações políticas que, apesar dos casos de independência, ainda existem entre territórios africanos e suas antigas metrópoles.

O fato novo que agora se revela, através das manifestações colhidas por missão especial brasileira que acaba de visitar alguns países africanos, é que o desejo de receber ajuda ou assistência técnica do Brasil pode constituir excelente ponto de partida para um futuro intercâmbio econômico. Embora sem que incidamos no êrro de sobreestimar a potencialidade dos novos Estados africanos, no que diz respeito ao comércio

exterior, o que é certo, em princípio, é que o Brasil poderá, a longo prazo, desenvolver com essa área do mundo um intercâmbio capaz de compensar as perspectivas menos favoráveis quanto ao seu comércio com a Europa. É igualmente verdade que, sendo a exportação africana em geral constituída de produtos primários, em grande parte similar à nossa, são precárias as bases para o estabelecimento de um intercâmbio comercial considerável, segundo os critérios clássicos de comércio exterior. Mas o problema pode e deve ser analisado com critérios diversos: acentua-se a tendência de as grandes potências considerarem os problemas do intercâmbio e do desenvolvimento dos países novos com critérios menos conservadores e mesmo, sabidamente, influenciados por preocupações políticas derivadas da competição com o bloco socialista. Dadas essas novas circunstâncias básicas, não será, a longo prazo, impossível que o Brasil, na medida em que desenvolva a sua capacidade de exportar manufaturas e bens de produção, possa vir a beneficiar-se de novos esquemas internacionais que lhe permitam vender aos novos Estados da África com financiamento de terceiras fontes. Trata-se, é claro, de uma hipótese, entre muitas outras possíveis, digna de ser devidamente explorada pelos teóricos de nossa política internacional, e cujo eventual êxito na prática poderá ser grandemente favorecido pelas posições de simpatia e de prestígio que o Brasil saiba criar, através de assistência técnica e de uma política esclarecida, junto aos povos e aos governos dos novos Estados africanos.

II — UMA OPINIÃO AFRICANA

Que pensam os africanos a respeito das nações americanas e da Organização dos Estados Americanos? Não têm as nações africanas muitos problemas idênticos aos que afligem certos países latino-americanos subdesenvolvidos? É possível encontrar soluções semelhantes para esses problemas? Para colhêr algumas impressões africanas sobre esses temas, AMÉRICAS entrevistou dois ilustres líderes na administração da República da Costa do Marfim, unidade autônoma da Comunidade Francesa. Ernest Boka e Lambert Amon-Tanoh estão visitando os Estados Unidos numa excursão de sessenta dias. O Senhor Boka é Ministro da Administração Pública e o Sr. Amon-Tanoh é Secretário-Geral da Federação dos Sindicatos e dos Sindicatos de Professores. Ambos pertencem à Câmara dos Deputados.

Eis um resumo do que nos disseram:

“Na nossa opinião, a base das relações interamericanas é a Doutrina Monroe. Sabemos que os chefes de Estado e as outras autoridades das nações americanas se reúnem regularmente e que há um movimento em marcha para fortalecer as relações entre os Estados e guardar “a América para os americanos”. Ouvimos falar na Organização dos Estados Americanos e na União Pan-Americana, mas não sabemos de muito a esse respeito. Não são bem conhecidos em nosso país os fatos específicos sobre essas organizações e o trabalho que fazem, de modo que nos é difícil dizer se algumas das instituições interamericanas poderiam ser copiadas com bons resultados na África.

“A nossa evolução política tem sido muito diferente da que se verificou na América Latina, sendo essa uma das razões pelas quais as nações africanas não estão preparadas para participação integral numa organização regional como a OEA. As nações africanas viveram durante séculos sob regime colonial, governadas pelos belgas, franceses e ingleses. Só agora começam a ganhar a sua independência. Algumas, como a Costa do Marfim, preferem ficar dentro dos laços da Comunidade Francesa. Mas os laços que nos prendem à França não nos impedem de plena cooperação e associação com outras nações africanas.

“Cada nação africana tem de resolver os seus problemas peculiares antes de poder formar-se alguma espécie de organização pan-africana. A União da África do Sul enfrenta problemas internos particularmente graves. Entretanto, o movimento pan-africano está tomando forma, já tendo havido algumas reuniões regionais, tais como a das nações ao sul do Saara, que se realizou em Madagascar. A medida que os Estados se tornam independentes, se reúnem para discutir os problemas comuns.

“Consideramos a vida econômica das nações americanas equilibrada e praticável, mas o continente africano vive dentro de um vácuo econômico. Mesmo com uma população de 200 milhões de habitantes, aproximadamente, é relativamente despovoado e em muitas zonas a economia é desorientada. Os produtos das nações africanas são tão semelhantes que não se pode ver muito futuro num mercado comum africano.

“A Costa do Marfim é o terceiro produtor de café do mundo e o quarto produtor de cacau, o que nos faz ter o problema da concorrência com certas nações latino-americanas. Até certo ponto, as nossas dificuldades em encontrar mercados para o nosso café foram resolvidas pelo acôrdo internacional celebrado em Washington. Embora lutemos com certos problemas econômicos, a Costa do Marfim é o único país africano cuja balança comercial é favorável.

“Precisamos de mais assistência econômica e técnica — auxílio concreto e não apenas palavras. Temos recebido a visita de turmas da UNESCO e da FAO, mas os resultados não são suficientes. Os Estados pequenos, que não são completamente independentes no sentido legal do termo, não podem contrair empréstimos no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Precisamos de capital para avaliar os recursos inexplorados do país em matéria de minério de ferro, manganês, petróleo e energia hidrelétrica e de mais capital para explorá-los.

“Não se pode curar tuberculose com analgésicos e é por isso que solicitamos mais assistência técnica. A França está fazendo muito pela Comunidade Francesa, mas os seus esforços são limitados. Problema especialmente agudo é o da educação, porque há entre 60% e 70% de analfabetos na Costa do Marfim e só 30% a 40% das crianças em idade escolar freqüentam realmente a escola. A nossa situação a êsse respeito é mais grave do que a de muitas nações americanas. Em nível universitário, gostaríamos de ter um programa de intercâmbio de estudantes e professores, que iriam de países como os Estados Unidos, a Argentina e o Chile. As epidemias em nosso país pertencem ao passado, mas ainda precisamos de mais hospitais e de pessoal médico habilitado.”